

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.666 - SP (2020/0257557-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
AGRAVADO : **EDMILSON BARALDI**
ADVOGADO : **LUÍS FRANCISCO SANGALLI - SP250155**
AGRAVADO : **LUIZ CARLOS PATRIAN**
AGRAVADO : **LUIZ CARLOS PATRIAN**
ADVOGADOS : **ODAIR BERNARDI - SP064240**
JULES BERNARDI - SP324028
AGRAVADO : **MARCIO ADRIANO GARCIA**
ADVOGADOS : **MARIA JOSÉ ALVES DA COSTA TELLES - SP352262**
BRUNA MARIA SALA RIGUETTI - SP371060
INTERES. : **MUNICÍPIO DE RUBIÁCEA**
ADVOGADOS : **DELMIR MESSIAS PROCOPIO COVACEVICK - SP148438**
CAMILA FRANCO BARBOZA - SP379355

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DIREITO PÚBLICO APELAÇÃO DO AUTOR E DO ENTE PÚBLICO AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS APÓS REGULAR LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO ALEGAÇÃO DE ENTREGA DE PRODUTOS EM QUANTIDADE INFERIOR AO AJUSTADO E EM DESCONFORMIDADE COM OS TERMOS DO EDITAL QUANTO À QUALIDADE ATOS NÃO DEVIDAMENTE COMPROVADOS DANO AO ERÁRIO E OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO CONFIGURADOS AUSÊNCIA DE PROVA DE CULPA OU DOLO AINDA QUE GENÉRICO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADA CONQUANTO OS ALIMENTOS FORNECIDOS PELA EMPRESA CONTRATADA TENHAM APRESENTADO EXCESSO DE TEOR DE GORDURA NÃO FORAM COMPROVADOS VÍCIOS NOS ATOS ADMINISTRATIVOS E NO CONTRATO CELEBRADO APÓS REGULAR PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DOS

TERMOS DA AVENÇA PODE ACARRETAR MERA COBRANÇA DE EVENTUAIS DIFERENÇAS DEVIDAS OU A REJEIÇÃO DOS PRODUTOS ENTREGUES NÃO HÁ ATO DE IMPROBIDADE SEM A EFETIVA PROVA DE DANO AO ERÁRIO OU DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E DO ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO OU MÁFÉ) ÔNUS PROBATÓRIO DO AUTOR QUE DELE NÃO SE DESINCUMBIU SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA RECURSOS DESPROVIDOS.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 489, II, do CPC, no que concerne à aposição de argumentos genéricos no acórdão dos embargos de declaração, divorciados da questão posta em juízo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Enfim, o acórdão é nulo porquanto ignorou a prova existente nos autos, não sendo a mesma objeto de qualquer avaliação, até para ser refutada, de modo que falta requisito essencial à validade do julgado, qual seja, o suporte dos fundamentos fáticos, nos termos do artigo 489, inciso II, do CPC, situação que perdurou mesmo com a interposição de embargos de declaração (fls. 1934).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente